



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
**Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA**  
**ANALISTA FAZENDÁRIO DE INFRAESTRUTURA –**  
**ENGENHARIA CIVIL**  
**CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_  
Nº DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_

## PROVA TIPO

# 1

**ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.**

## INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

**Boa Prova!**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### D1 – PORTUGUÊS

#### TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

#### **Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças**

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

**01** Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

**02** A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

**03** Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

**04** Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
  - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
  - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
  - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
  - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

**TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.**



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
  - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
  - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
  - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
  - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
  - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
  - (C) dois pronomes indefinidos.
  - (D) dois pronomes relativos.
  - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

**08** Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

**09** A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

**10** Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

**TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.**



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

**11** Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

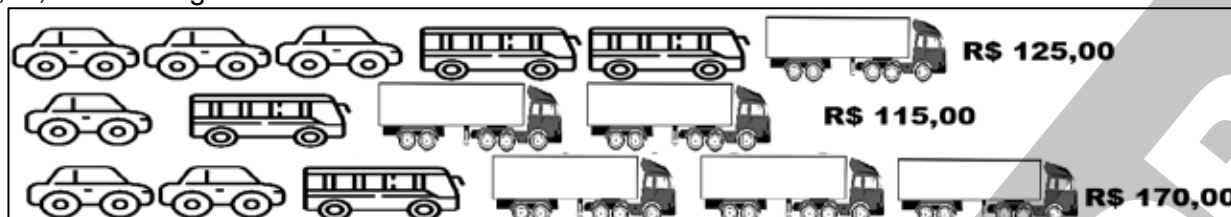
## D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

*RASCUNHO*

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5ª, 21ª, 41ª, 61ª, 81ª, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3ª, 8ª, 13ª, 18ª, 23ª, 28ª, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural  $n$ , pertencente ao conjunto  $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$ , é sucessivamente dividido por 2 (se  $n$  for par) ou triplicado e somado com 1 (se  $n$  for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam  $C_k$  os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números  $k$  pertencentes ao conjunto  $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$ . Por exemplo, o conjunto  $C_5$  será  $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$ .

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto  $C_3$  tem 8 elementos;
- II. O conjunto  $C_{12}$  tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto  $C_6$ ;
- III. Para quaisquer  $x$  e  $y$  pertencentes ao conjunto  $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$ , com  $x > y$ , o conjunto  $C_x$  terá mais elementos do que o conjunto  $C_y$ .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

# RASCUNHO

**20** Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

### D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

**21** Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

**22** A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

**23** Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

**24** Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III apenas.

**25** Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

#### **D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**26** Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

**27** Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

**28** Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

**29** Considere o seguinte caso concreto:

*Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.*

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

**30** Considere o seguinte caso concreto:

*Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.*

*No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.*

*No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.*

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

## D5 – NOÇÕES DE TI

**31** Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

**32** Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

- I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.
- II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.
- III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

**33** Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

**34** Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

**35** Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

## D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

**36** Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

**37** Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

**38** Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma suprallegal.
- (B) podem ter hierarquia suprallegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

**39** Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

**40** Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

**(A)** Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.

**(B)** Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.

**(C)** A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.

**(D)** É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.

**(E)** As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

## **D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL**

**41** A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

**(A)** O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.

**(B)** A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.

**(C)** As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.

**(D)** A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

**(E)** Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

**42** À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

**(A)** no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.

**(B)** com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.

**(C)** quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.

**(D)** quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.

**(E)** na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

**43** Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

**(A)** a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

**(B)** a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

**(C)** a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

**(D)** a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

**(E)** o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

**44** Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

**(A)** I e IV, apenas.

**(B)** I, III e IV, apenas.

**(C)** II e III, apenas.

**(D)** I, II e IV, apenas.

**(E)** II, III e IV, apenas.

**45** Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

**(A)** I e II, apenas.

**(B)** I, II, III e IV.

**(C)** II e III, apenas.

**(D)** I, III e IV, apenas.

**(E)** I, II e IV, apenas.

**46** A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

**(A)** recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

**(B)** a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

**(C)** um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

**(D)** um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

**(E)** uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

**47** A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

**(A)** o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

**(B)** o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

**(C)** o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

**(D)** o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

**(E)** o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

*RASCUNHO*

**48** A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
- (B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
- (C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
- (D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
- (E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

**49** A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
- (B) R\$ 4.800.000,00.
- (C) R\$ 5.200.000,00.
- (D) R\$ 5.500.000,00.
- (E) R\$ 2.300.000,00.

**50** A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
- (B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
- (C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
- (D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
- (E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA FAZENDÁRIO DE INFRAESTRUTURA - ENGENHARIA CIVIL**

**51** O equipamento utilizado para estimar a resistência à compressão do concreto no estado endurecido e em estruturas pré-moldadas é o

- (A) pacômetro.
- (B) amperímetro.
- (C) voltímetro.
- (D) manômetro.
- (E) esclerômetro.

**52** O tipo de cimento Portland CPIV – 32 possui na sua composição a adição mineral

- (A) escória de alto forno.
- (B) filer.
- (C) pozolana.
- (D) quartzo.
- (E) fibras.

**53** A fórmula química ( $3Ca.SiO_2$ ) representa uma das principais fases mineralógicas do cimento Portland. O nome correspondente dessa fase é

- (A) fase ferrita.
- (B) belita.
- (C) halita.
- (D) alita.
- (E) fase aluminato.

**54** Com base no ensaio de granulometria de agregados (Tabela 1), preencha corretamente a tabela e calcule o módulo de finura do material em questão, sendo que a amostra possui um total de 1.000 gramas.

Tabela 1 – Ensaio de granulometria

Abertura	Massa (gramas)	% retida	% retida acumulada
4,8 mm	0		
2,4 mm	25		
1,2 mm	45		
600 $\mu$ m	90		
300 $\mu$ m	620		
150 $\mu$ m	185		
< 150 $\mu$ m (fundo)	32		

O módulo de finura do material é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

**55** Em um ensaio de tração em uma barra de aço, a tensão de ruptura obtida foi de 490 Mpa. Sabendo que ela apresentou uma estricção de 30%, a tensão verdadeira de ruptura em Mpa é

- (A) 300.
- (B) 400.
- (C) 500.
- (D) 600.
- (E) 700.

**56** Considere as seguintes afirmativas para canteiros de obras:

- I. Podem ocorrer modificações de layout do canteiro de obras ao longo do desenvolvimento da obra.
- II. Os arranjos de um canteiro de obra são os mesmos, independentemente de quem o elabora.
- III. No layout das instalações de um canteiro de obra, consideram-se as distâncias de deslocamento de insumos.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

**57** A Norma ABNT NBR 14653 – 2:2011 define o “Percentual que indica os benefícios e despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção” como

- (A) ART.
- (B) Habite-se.
- (C) BDI.
- (D) Ajuda de Custo.
- (E) Custo Unitário.

**58** A Norma ABNT NBR 14653 – 2:2011 define as “Anomalias que podem causar danos efetivos ou representar ameaça potencial à saúde ou à segurança do usuário, decorrentes de falhas do projeto, do serviço ou do material aplicado na execução da construção”, como

- (A) depreciação física.
- (B) estado de conservação.
- (C) domínio pleno.
- (D) defeitos construtivos.
- (E) códigos alocados.

**59** Para a carbonatação acontecer, é preciso que três componentes estejam presentes na reação, são eles:

- (A) NaCl; HCl e  $AlO_3$
- (B)  $Ca(OH)_2$ ; CO e  $H_2O$
- (C)  $H_2O$ ;  $CO_2$  e  $Ca(OH)_2$
- (D)  $C_3S$ ;  $H_2O$  e CO
- (E)  $H_2O$ ; NaCl e NaOH

**60** O produto formado após a reação de carbonatação é

- (A) CO
- (B)  $CO_2$
- (C)  $C_2S$
- (D)  $CaCO_3$
- (E) NaCl

**61** Quando a construção é simples e não possui nenhum fator de risco que possa comprometer sua estabilidade, as argamassas de assentamento e revestimentos de alvenaria geralmente são feitas em obra. Dos tipos de cimentos especificados, o mais recomendado para este tipo de obra é

- (A) CP IV - 32
- (B) CP III - 32
- (C) CP V - 40
- (D) CPI-S - 32
- (E) CPI - 32

**62** Considere as seguintes afirmativas relacionadas a Ensaio não destrutivos:

- I. São ensaios utilizados para determinação da tensão de ruptura.
- II. O ultrassom é um tipo de equipamento desse tipo de ensaio.
- III. A fenolftaleína é utilizada nesse tipo de ensaio.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

**63** Um corpo de prova de concreto de 100x200 mm ( $\varnothing$  x L) é submetido ao ensaio de módulo de elasticidade, sendo utilizado um extensômetro com comprimento de 100 mm. A Tabela 2 mostra o resultado do ensaio.

Tabela 2 – Resultados do ensaio de módulo de elasticidade - E

Tensão (MPa)	Deformação unitária (mm/mm)
5	0,0005
15	0,0015
30	0,0030

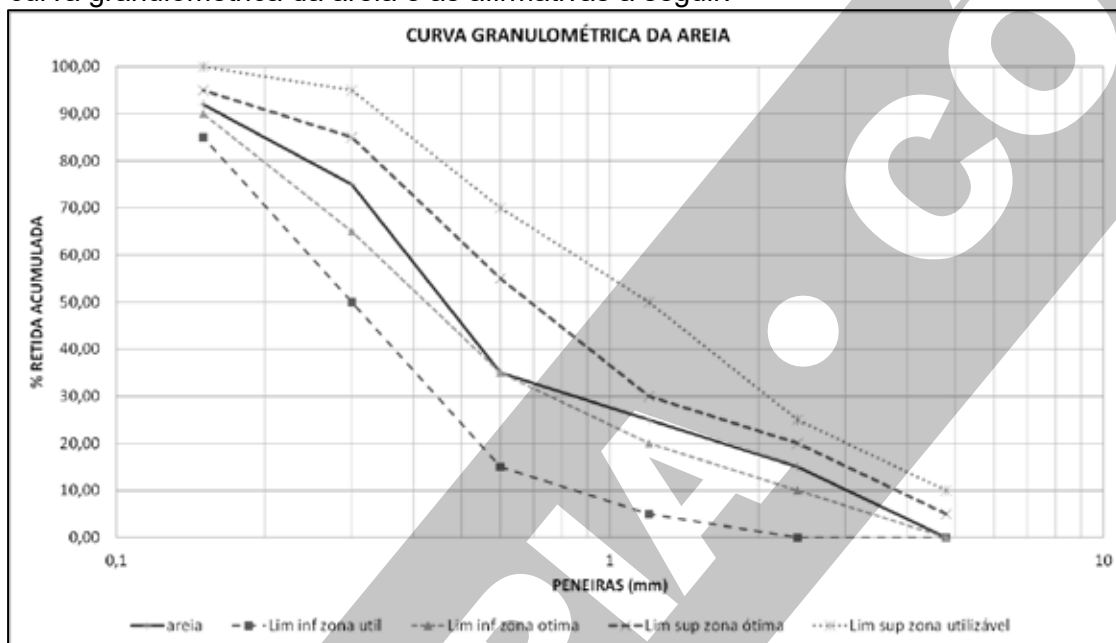
O módulo de elasticidade, conforme o ensaio, é igual a

- (A) 10 GPa.
- (B) 20 GPa.
- (C) 30 GPa.
- (D) 40 GPa.
- (E) 50 GPa.

64 Nos sistemas hidráulicos residenciais existe uma peça fundamental que é responsável por conectar a cuba da pia, tanque ou lavatório à tubulação de esgoto, evitando o retorno de odores desagradáveis e garantindo o escoamento da água. Estamos falando do(a)

- (A) curva.
- (B) joelho.
- (C) cruzeta.
- (D) sifão.
- (E) registro geral.

65 Considere a curva granulométrica da areia e as afirmativas a seguir:



- I. A areia está fora dos padrões para utilização em concreto, de acordo com a ABNT NBR 7211:2022.
- II. A areia está apta para ser utilizada em concreto, de acordo com a ABNT NBR 7211:2022.
- III. A areia é classificada dentro da zona ótima, entre os limites superiores e inferiores.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

66 Em um canteiro de obra, o traço unitário em massa de um concreto dosado em obra é de [1:2,38:2,62], sabendo-se que a massa unitária da areia é de  $\mu = 1,40 \text{ Kg/dm}^3$ , o número de padiola(s) de areia necessária(s) para um traço de concreto com um saco de cimento de 50 kg é

Dados: Volume de uma padiola =  $17 \text{ dm}^3$

- (A) 1 padiola.
- (B) 2 padiolas.
- (C) 3 padiolas.
- (D) 4 padiolas.
- (E) 5 padiolas.

67 Analise a seguinte definição: “É um sistema biológico que utiliza bactérias, ou seja, microrganismos que atuam na ausência de oxigênio, especialmente depois de uma fossa, essas bactérias atuam na decomposição da matéria orgânica presente na água, transformando-a em subprodutos mais simples e limpando a água de esgoto, sendo essencial em locais sem rede de esgoto”. Essa definição refere-se à(ao)

- (A) sumidouro.
- (B) fossa séptica.
- (C) tanque séptico.
- (D) filtro anaeróbio.
- (E) caixa coletora.

**68** O nome da vidraria do ensaio de massa específica do cimento Portland é

- (A) Frasco de Chapman.
- (B) Le Chatelier.
- (C) Becker de vidro.
- (D) Proveta.
- (E) Picnômetro.

**69** Considere as seguintes afirmativas, relacionadas às principais propriedades da fibra de carbono.

- I. Leveza – densidade menor que metais.
- II. Resistente à corrosão – imune a agentes químicos e corrosão.
- III. Resistente ao fogo.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II.

**70** A Lei que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é a de número

- (A) 11.178/2005.
- (B) 8.883/1994.
- (C) 8.078/1990.
- (D) 14.133/2021.
- (E) 11.481/2007.

**71** Considere a seguinte definição: “É um documento oficial emitido pela prefeitura que comprova que a obra de um imóvel seguiu todas as normas de segurança, infraestrutura e habitabilidade exigidas pelo município”. Estamos nos referindo a(ao)

- (A) ART.
- (B) RRT.
- (C) Habite-se.
- (D) Projeto Arquitetônico.
- (E) Alvará de funcionamento.

**72** Em um ensaio de tração em uma barra metálica, a tensão de ruptura obtida foi de 210 Mpa. Sabendo que ela apresentou uma estrição de 15%, a deformação unitária verdadeira é igual a

- (A) 1,18.
- (B)  $\ln(1,18)$ .
- (C)  $\ln(3,18)$ .
- (D)  $\ln(4,18)$ .
- (E) 85%.

**73** Considere a seguinte definição: “É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe a este proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Estamos falando do

- (a).
- (A) SEURB.
- (B) SEDOP.
- (C) RIMA.
- (D) IPHAN.
- (E) CDP.

**74** De acordo com a ABNT NBR 14653 – 2:2011, o termo Códigos Alocados, refere-se a(ao)

- (A) “Percentual que indica os benefícios e despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção”.
- (B) “Parte do imóvel serviente diretamente atingida pela servidão”.
- (C) “Práticas predominantes adotadas pelos agentes para influenciar as transações”.
- (D) “Escala lógica ordenada para diferenciar as características qualitativas dos imóveis”.
- (E) “Aquele pertencente ao proprietário do imóvel sob o instituto da enfiteuse”.

**75** Considere as seguintes afirmativas relacionadas a materiais dúcteis:

- I. Possuem somente deformações elásticas.
- II. Sofrem deformações elásticas e plásticas.
- III. Um material dúctil pode sofrer fluência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III.
- (E) I e II.

**76** A Lei Federal nº 12.587/2012 institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. A lei dispõe de definições importantes, dentre elas tem-se a definição de infraestrutura de mobilidade urbana, que inclui

- (A) drenagem urbana.
- (B) iluminação pública.
- (C) pontos para embarque e desembarque de cargas.
- (D) rede de telecomunicação.
- (E) taxas e tarifas aplicadas à fiscalização de trânsito.

**77** A Lei Federal nº 10.257/2001 regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Dentre suas especificações, aborda a necessidade do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), assim como elementos de sua elaboração. De acordo com a lei, é correto afirmar que

- (A) será determinada por lei federal a definição dos empreendimentos, privados ou públicos, em área urbana, que dependerão do EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.
- (B) o EIV deve incluir, no mínimo, a questão do adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, mobilidade urbana, geração de tráfego, demanda por transporte público, ventilação, iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
- (C) a elaboração do EIV poderá substituir a elaboração e a aprovação do estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
- (D) dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente da união, por qualquer interessado.
- (E) o EIV deve contemplar os efeitos negativos do empreendimento ou atividade, porém, não é necessário incluir os efeitos positivos.

**78** O sistema viário urbano é composto pelo conjunto de vias de circulação, e a sua hierarquização pode ser representada pela classificação decorrente das suas funções prioritárias. Ao se analisar essa classificação, reconhece-se que

- (A) vias de trânsito rápido são aquelas caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, que permitem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e travessia de pedestres em nível a cada 20 km.
- (B) a via arterial é caracterizada por estabelecer acessibilidade aos lotes lindeiros e vias secundárias e locais, não apresentando interseções em nível.
- (C) a via local é caracterizada por interseções em nível semaforizadas, destinadas ao acesso local ou a áreas restritas.
- (D) uma via só pode ser considerada urbana quando estiver dentro do perímetro da cidade e devidamente pavimentada.
- (E) vias coletoras são aquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade.

**79** Em obras de terraplanagem, para implantação de vias, é comum a realização de cortes e aterros para adequação do terreno às cotas do projeto. De acordo com as definições do Manual de Implantação Básica de Rodovia, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ao que se refere ao corte e categorias do material escavado, considere as seguintes afirmativas:

- I. Corte em meia-encosta caracteriza-se pelo encaixe parcial da secção transversal no terreno natural, resultando também em procedimento de aterro.
- II. Para os materiais de 3ª categoria, pode ser adotada a solução de rebaixamento do greide associada à execução de camada drenante.
- III. Materiais de 1ª categoria compreendem rochas em processo inicial de decomposição.
- IV. Materiais de 2ª categoria são representados por rocha com resistência à penetração mecânica superior ou igual à do granito e blocos de rocha de volume igual ou superior a 1 m.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

**80** A Lei Federal nº 6.766/1979 dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e descreve quem pode se configurar como empreendedor, para fins de parcelamento do solo. Baseado na legislação, não pode ser considerado como empreendedor

- (A) o ente da administração pública indireta habilitado a promover a desapropriação, com a finalidade de implantação de parcelamento habitacional ou de realização de regularização fundiária de interesse social, desde que tenha ocorrido a regular imissão na posse.
- (B) o banco financiador da obra, enquanto o empreendimento não for totalmente quitado.
- (C) a cooperativa habitacional, que cumpra os requisitos jurídicos, autorizada pelo titular do domínio.
- (D) o promitente cessionário, desde que o proprietário expresse sua anuência em relação ao empreendimento e sub-rogue-se nas obrigações do promitente cessionário, em caso de extinção do contrato.
- (E) a pessoa física contratada pelo proprietário do imóvel a ser parcelado, para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria, sob regime de obrigação solidária, devendo o contrato ser averbado na matrícula do imóvel no competente registro de imóveis.

**81** Será feito o loteamento de um terreno localizado na região metropolitana de Belém. Para isso, é necessário elaborar compromissos de compra e venda, com base na lei Nº 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. O artigo 26 da referida lei trata sobre as indicações mínimas que devem constar no compromisso de compra e venda. Em relação às indicações, considere as seguintes afirmativas:

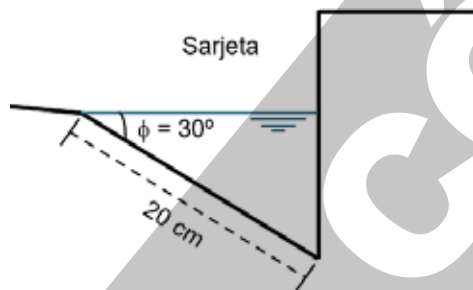
- I. Deve constar a indicação sobre a quem incumbe-se o pagamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote compromissado.
- II. Deve constar a declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento, supletivas da legislação pertinente.
- III. Deve constar a taxa de juros incidentes sobre o débito em aberto e sobre as prestações vencidas e não pagas, bem como a cláusula penal, nunca excedente a 5% (cinco por cento) do débito e só exigível nos casos de intervenção judicial ou de mora superior a 3 (três) meses.
- IV. Deve constar a denominação e situação do loteamento, número e data da inscrição.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

**82** As bocas de lobo compõem sistemas de drenagem que integram a infraestrutura de urbanização, realizando a coleta das águas pluviais que incidem em superfícies impermeabilizadas, direcionando-as para locais adequados. No projeto de urbanização de uma gleba é essencial estimar os valores de vazão de água na sarjeta, em diversos pontos de uma via. Após essa etapa, é necessário verificar a boca de lobo adequada à vazão de projeto. A seguir, são apresentados o esboço geométrico, a tabela de estimativa de vazão em determinados pontos de uma via e a formulação para o cálculo da vazão de captação de cada elemento. A partir das informações, é possível determinar a quantidade de boca de lobo em cada ponto.

PREVISÃO DA VAZÃO	
Ponto Analisado	Vazão de Projeto (m³/s)
1	0,015
2	0,060
3	0,090
4	0,030
5	0,045



Formulação para cálculo da vazão de captação:  $Q = 1,7 \cdot L \cdot H^{\left(\frac{3}{2}\right)}$

Legenda:

Q = vazão captada ou engolida (m³/s).

L: comprimento da abertura (m).

H = altura da lâmina de água (m)

Ângulo (°)	seno	cosseno	tangente
30	0,500	0,866	0,577
60	0,866	0,500	1,732

Considerando bocas de lobo com comprimento de abertura de 60 cm e 120 cm, é correto afirmar que

(A) a vazão captada pela boca de lobo com 120 cm de comprimento é igual a 0,17 m³/s.

(B) instalar uma boca de lobo com 60 cm de comprimento no ponto 2 é suficiente para a vazão prevista em projeto.

(C) se forem utilizadas uma boca de lobo com 60 cm de comprimento nos pontos 1 e 5, ambas estarão subdimensionadas.

(D) no ponto 4 é possível instalar bocas de lobo com 60 cm e 120 cm de comprimento, pois ambas atendem à vazão prevista em projeto.

(E) instalar uma boca de lobo de 120 cm de comprimento no ponto 3 é suficiente para a vazão prevista em projeto.

**83** Será construído um prédio da Secretária de Estado da Fazenda - PA, cujos projetos foram elaborados por uma empresa externa, vencedora de licitação. Antes de encaminhar o projeto para o processo de licitação referente à execução da obra, foi solicitado ao analista fazendário de infraestrutura (engenharia civil) que revisasse os projetos. Dentre as pranchas, estava o projeto de uma rampa prevista para vencer um desnível de 1,5 m. Ao realizar a análise, foi constatado que o projeto estava perfeitamente enquadrado nos requisitos da NBR 9050/2020, de acordo com o valor máximo de inclinação para situações não excepcionais. Dessa forma, é correto afirmar que

(A) somando os valores do comprimento da projeção horizontal de cada segmento da rampa e de todos os patamares, considerando o valor mínimo de dimensão longitudinal de patamares permitidos pela norma, obtém-se o valor de 26,4 m.

(B) a rampa irá contar com 4 patamares.

(C) a largura livre mínima da rampa projetada é de 0,85 m.

(D) a rampa possui um corrimão de cada lado com altura de 0,82 m.

(E) a rampa será composta por um segmento com 9,6 m de comprimento da projeção horizontal e outro com 8,4 m.

**84** Com a crescente ocupação irregular no país, foi necessário agrupar um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais voltado para regularização de núcleos urbanos informais, integrando-os ao ordenamento territorial urbano. Diante disso, surgiram os procedimentos de regularização fundiária urbana (Reurb), regulamentada, principalmente, pela Lei Federal nº 13.465/2017. De acordo com a lei, é correto afirmar que

**(A)** o requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal, por demonstrarem interesse em sanar irregularidades.

**(B)** beneficiários individuais podem requerer a Reurb e promover todos os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.

**(C)** na modalidade de Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), a regularização fundiária é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal.

**(D)** a defensoria pública pode requerer Reurb de forma irrestrita, independente do beneficiário, desde que solicitado formalmente.

**(E)** será impedida a Reurb, na forma estabelecida na Lei nº 13.465/2017, quando houver inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana.

**85** Um engenheiro civil foi contratado para realizar uma auditoria técnica em um prédio comercial com 15 anos de uso, que passou a apresentar falhas em seu sistema de refrigeração, dificultando o uso das salas. Na realização da perícia, foi constatado que existia um plano de manutenção preventiva, porém eram executadas manutenções apenas na estrutura da edificação. Dessa forma, as manutenções no sistema de climatização eram apenas corretivas. Observou-se, também, que componentes do sistema original foram substituídas por outras de especificações equivalentes. Diante disso, é correto afirmar que

**(A)** a substituição de componentes do sistema de climatização por modelos equivalentes, que atendam as especificações do fabricante, não gera a necessidade de reavaliação sistêmica.

**(B)** o procedimento de realizar manutenção preventiva apenas na estrutura do prédio é coerente, pois as normas e legislações as recomendam apenas para setores que oferecem risco à vida dos usuários.

**(C)** o plano de manutenção não precisa ser elaborado com base nas características da edificação e nas recomendações dos fabricantes.

**(D)** a manutenção preditiva não pode ser aplicada a esse sistema de climatização, tendo em vista o fato de ser um prédio comercial.

**(E)** a ausência de execução completa do plano de manutenção e registros consistentes limita a análise de risco e compromete a gestão do desempenho ao longo do tempo.

**86** Um empresário possui um terreno de grandes dimensões, que abrange dois estados diferentes, com características que o habilitam à exploração de material para construção civil, de forma a obter lucro. Para o licenciamento da atividade, o empresário deve seguir a Resolução Conama nº 237. Em relação à resolução, considere as seguintes afirmativas:

I. Por se tratar de uma atividade que envolve dois estados, o empreendimento deve ser licenciado pelo IBAMA e pelos órgãos competentes de cada estado.

II. Será necessário solicitar primeiramente a Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, cujo prazo máximo de validade é de 6 anos.

III. Durante o processo de licenciamento ambiental, o empreendedor deverá atender às solicitações de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação.

IV. A renovação da Licença de operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

**(A)** I e II, apenas.

**(B)** II e IV, apenas.

**(C)** IV, apenas.

**(D)** I, III e IV, apenas.

**(E)** II, apenas.

**87** Um empresário decidiu comprar uma propriedade privada que possui uma nascente, visando construir um empreendimento que possibilita a visitação do público. Sabendo que o terreno adquirido por ele está dentro de uma área de proteção ambiental (APA), levando em consideração as Leis Federais 9.985/2000 e 12.651/2012, é correto afirmar que

- (A) por se tratar de uma área sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.
- (B) não é possível realizar construções em áreas de proteção ambiental (APA), por conta da diversidade de biomas.
- (C) um raio mínimo de 40 m em relação à nascente é considerado área de proteção permanente (APP).
- (D) o proprietário deve se atentar apenas à legislação publicada pela união, pois a competência legislativa sobre florestas e proteção do meio ambiente não é concorrente, cabendo à união todo tipo de regulamentação.
- (E) a área ao entorno da nascente não pode ser classificada como área de proteção permanente (APP), pois já é classificada como área de preservação ambiental (APA) e essas classificações não podem se sobrepor.

**88** O pavimento pode ser definido como estrutura construída após a terraplenagem, com a função de resistir e transmitir ao subleito os esforços verticais oriundos dos veículos e proporcionar conforto e segurança durante o rolamento. No projeto de pavimentos, são especificados os materiais empregados para atingir tal objetivo. Um dos materiais utilizados na pavimentação é a rocha britada, que pode ter origens diferentes, dependendo da sua formação geológica. Diante disso, é correto afirmar que

- (A) britas de origem granítica são oriundas de rochas metamórficas, que se originam da transformação de rochas pré-existentes submetidas a condições de alta pressão e temperatura.
- (B) britas de origem gnaisse são oriundas de rochas magmáticas extrusivas, formadas a partir do resfriamento rápido do magma na superfície terrestre.
- (C) britas de origem basáltica são oriundas de rochas ígneas extrusivas, formadas pelo rápido resfriamento do magma na superfície terrestre.
- (D) britas utilizadas em projetos de pavimentação só podem ser obtidas de rochas de origem ígnea e sedimentar, por oferecerem maior resistência e durabilidade.
- (E) britas de origem calcária são oriundas de rochas magmáticas intrusivas, formadas a partir do resfriamento lento do magma no interior da crosta terrestre.

**89** Para dimensionar pavimentos, pode-se aplicar o método MEDINA, que leva em consideração o módulo de resiliência (MR) do material utilizado. Para solos, o módulo de resiliência pode ser obtido através de ensaio triaxial, no qual pode-se variar a tensão confinante ( $\sigma_3$ ) e tensão-desvio ( $\sigma_d$ ). O valor de MR é calculado a partir dos valores da tensão-desvio ( $\sigma_d$ ) e deformação resiliente ( $\epsilon_r$ ). Diferentes pares de  $\sigma_3$  e  $\sigma_d$  são testados, resultando em valores correspondentes de  $\epsilon_r$ . Cada par gera um módulo de resiliência, e os diversos valores de MR podem ser relacionados com a tensão desvio e com a tensão confinante, gerando equações que passam a representar o MR, deixando de ser um valor absoluto. Abaixo, é apresentado um modelo obtido para um solo arenoso.

$$\text{Modelo: } MR = 500 \cdot (\sigma_d^{\frac{1}{2}})$$

O valor do módulo Resiliente de uma amostra submetida a um ensaio triaxial com tensão confinante ( $\sigma_3$ ) igual a 0,24 MPa e tensão principal maior ( $\sigma_1$ ) igual a 0,72 MPa, será

- (A)  $300\sqrt{2}$  MPa.
- (B)  $200\sqrt{6}$  MPa.
- (C)  $100\sqrt{6}$  MPa.
- (D)  $200 \cdot \sqrt{3}$  MPa.
- (E)  $100 \cdot \sqrt{3}$  MPa.

*RASCUNHO*

**90** De acordo com o guia PMBOK®, o cronograma representa um modelo para a execução das atividades de um projeto, incluindo durações, dependências etc. De acordo com o guia, se o modelo de cronograma não atender à data de término prevista, podem-se aplicar métodos de compressão, sem alterar o escopo, e para realizar essa operação é importante determinar a natureza das dependências entre as atividades. Entre os conceitos de dependência, tem-se: “relacionamento entre atividades de projeto e atividades não projetadas”. Esse conceito define a dependência

- (A) obrigatória.
- (B) arbitrada.
- (C) externa.
- (D) interna.
- (E) dispensável.

**91** Um engenheiro civil foi designado por sua chefia imediata para verificar um projeto de instalação elétrica em uma das unidades da Secretária de Estado da Fazenda - PA. Um dos itens do projeto analisado foi a taxa de ocupação dos eletrodutos. Identificou-se que a alimentação elétrica do prédio será feita por um sistema trifásico, dessa forma, no projeto consta que serão utilizados condutores unipolares, de seção nominal de 16mm<sup>2</sup>, com 8mm de diâmetro, incluindo a espessura do isolamento. Foi observado que serão utilizados eletrodutos com diâmetros externo e interno de 33 e 27 mm, respectivamente. Em relação à taxa de ocupação desse eletroduto, considerando a passagem de três condutores de fase, um condutor de neutro e um condutor de aterramento, é correto afirmar que o item verificado

- (A) atende a NBR 5410/2004, pois a taxa de ocupação é de aproximadamente 29,38%, dentro do que estabelece a norma para essa quantidade de condutores, não sendo superior a 40%.
- (B) não atende a NBR 5410/2004, pois a taxa de ocupação é de aproximadamente 29,38%, em desacordo com o que estabelece a norma para essa quantidade de condutores, não devendo ser superior a 21%.
- (C) atende a NBR 5410/2004, pois a taxa de ocupação é de aproximadamente 13,98%, dentro do que estabelece a norma para essa quantidade de condutores, não sendo superior a 53%.
- (D) atende a NBR 5410/2004, pois a taxa de ocupação é de aproximadamente 43,90%, dentro do que estabelece a norma para essa quantidade de condutores, não sendo superior a 53%.
- (E) não atende a NBR 5410/2004, pois a taxa de ocupação é de aproximadamente 43,90%, em desacordo com o que estabelece a norma para essa quantidade de condutores, não devendo ser superior a 40%.

**92** Em projetos elétricos, o cálculo da queda de tensão é de extrema importância para o correto dimensionamento de circuitos elétricos, possibilitando a indicação adequada de condutores, disjuntores etc. Diante disso, a NBR 5410/2004 apresenta os limites possíveis da queda de tensão em relação à tensão nominal da instalação. Ressalta-se que a queda de tensão pode ser calculada pela formulação apresentada a seguir:

$$\text{Formulação: } \Delta V(\%) = \frac{2 \cdot \rho \cdot L \cdot i \cdot \cos\theta}{S \times V} \cdot 100 ; i = \frac{P}{V}$$

Onde,

$\Delta V(\%)$  = queda de tensão percentual

$\rho$  = resistividade do condutor ( $\Omega \cdot \text{mm}^2/\text{m}$ )

L = comprimento do circuito (m)

i = corrente elétrica (A)

$\cos\theta$  = fator de potência

S = seção nominal do condutor (mm<sup>2</sup>)

V = tensão nominal do sistema - alimentação (V)

P = potência (W)

Considerando o limite máximo da queda de tensão nos circuitos terminais, estabelecido pela NBR 5410/2004, a seção nominal mínima do condutor necessário para instalação de um chuveiro elétrico com 8800 Watts de potência, distante 30 m do quadro de distribuição de carga (QDC), alimentado por uma tensão de 220 Volts, com fator de potência igual a 1 e resistividade do condutor igual a 0,055  $\Omega \text{ mm}^2/\text{m}$ , é

- (A) 6 mm<sup>2</sup>.
- (B) 10 mm<sup>2</sup>.
- (C) 16 mm<sup>2</sup>.
- (D) 25 mm<sup>2</sup>.
- (E) 35 mm<sup>2</sup>.

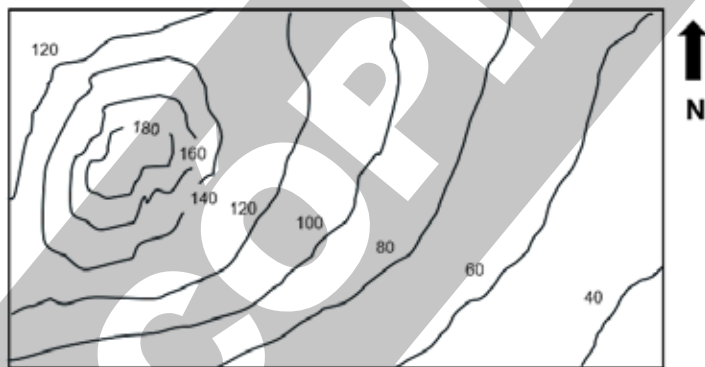
**93** Pavimentos asfálticos devem ser avaliados regularmente para verificação de seu desempenho funcional e estrutural, identificando-se as falhas ou defeitos, para que possam ser realizadas intervenções, quando necessário. Em relação aos defeitos que podem ocorrer em pavimentos flexíveis e semi-rígidos, listados na norma DNIT 005/2003, considere as seguintes afirmativas:

- I. Fenda é a cavidade que se forma no revestimento por diversas causas (inclusive por falta de aderência entre camadas superpostas, causando o deslocamento das camadas), podendo alcançar as camadas inferiores do pavimento, provocando a desagregação dessas camadas.
- II. Afundamento é conceituado como deformação permanente, caracterizada por depressão da superfície do pavimento, acompanhada, ou não, de solevamento, podendo apresentar-se sob a forma de afundamento plástico ou de consolidação.
- III. Escorregamento é caracterizado pelo excesso de ligante betuminoso na superfície do pavimento, causado pela migração do ligante através do revestimento.
- IV. As fissuras são fendas incipientes que ainda não causam problemas funcionais ao revestimento, não sendo, assim, consideradas quanto à gravidade nos métodos atuais de avaliação das condições de superfície.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

**94** A união planeja fazer uma ocupação urbana de uma determinada região. Será adotado como critério inicial a condição de relevo do terreno, que deve ser o menos íngreme possível, para diminuir riscos de acidentes geotécnicos. Para proceder à verificação, foi solicitado um estudo que apresentasse as curvas de níveis da região, conforme mostrado abaixo:



Em relação à interpretação de curvas de nível, é correto afirmar que

- (A) a equidistância das curvas de nível é representada pela diferença entre as cotas de maior e menor valor, resultando no valor de 140 m.
- (B) de acordo com o critério inicial de escolha, a região ideal para ocupação urbana é próxima às curvas 160 e 180, pois a proximidade delas indica terreno menos íngreme.
- (C) com as informações apresentadas na figura, é possível fazer uma análise geométrica global do relevo, mas não é suficiente para a determinação precisa de volumes de corte e aterro.
- (D) utilizando as curvas apresentadas, é possível calcular a declividade média entre duas curvas consecutivas, a partir da equidistância, tornando desnecessário o conhecimento da distância horizontal.
- (E) na figura, é possível identificar o ponto de maior cota absoluta do terreno, dispensando informações adicionais.

**95** Para uma adequada qualidade de vida, é essencial que o esgoto doméstico e industrial tenha tratamento e destinação correta, visando prevenir a proliferação de doenças e proteger o meio ambiente. O tratamento é realizado em estações de tratamento de esgoto (ETE), sendo que uma das etapas do processo consiste em: “processos biológicos, como o uso de microrganismos para degradar a matéria orgânica presente no esgoto”. Diante disso, é correto afirmar que essa etapa corresponde ao

- (A) pré-tratamento.
- (B) tratamento secundário.
- (C) tratamento primário.
- (D) tratamento terciário.
- (E) tratamento de coagulação.

**96** Ao elaborar um projeto de fundação, é necessário estar atento às intercorrências que podem ocorrer devido às características do solo em que o projeto será executado. Considerando o caso hipotético em que se está projetando com estacas cravadas, e através de ensaios em laboratório, observa-se que o solo do local é classificado como colapsível. Porém, o projeto é executado sem os devidos cuidados e, ao longo do tempo, o solo entra em contato com água e satura. Nesse contexto, é correto afirmar que o solo experimentalmente

- (A) diminuição acentuada do índice de vazios, ocorrendo atrito negativo na estaca.
- (B) diminuição acentuada do índice de vazios, ocorrendo atrito positivo na estaca.
- (C) aumento acentuado do índice de vazios, ocorrendo atrito negativo na estaca.
- (D) aumento acentuado do índice de vazios, ocorrendo atrito positivo na estaca.
- (E) aumento acentuado do índice de vazios, o que fará com que o atrito na estaca passe a ser zero.

**97** O governo do estado irá executar uma obra cuja fundação será feita com sapatas. Para acompanhar a execução, foi chamado um servidor público, que ocupa o cargo de engenheiro civil. Ao analisar o projeto, ele verificou que os elementos de fundação serão executados próximos e em cotas diferentes. Em relação à execução, de acordo com a NBR 6122/2022, considere as seguintes afirmativas:

- I. Se o terreno de apoio for formado por solo considerado pouco resistente, a reta de maior declive, que passa pelos bordos de duas sapatas, deve fazer um ângulo  $\alpha \leq 60^\circ$  com a vertical.
- II. Se o terreno de apoio for formado por rocha, a reta de maior declive, que passa pelos bordos de duas sapatas, deve fazer um ângulo  $\alpha \geq 30^\circ$  com a vertical.
- III. A sapata situada em cota mais baixa deve ser executada primeiro, mesmo que se previnam desmoronamentos, durante o processo executivo, através de cuidados especiais.
- IV. As sapatas devem ser concretadas sobre um lastro de concreto não estrutural com, no mínimo, 3 cm de espessura, a ser lançado sobre toda a superfície de contato solo-fundação.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

**98** Um dos cálculos indispensáveis ao projeto de fundação é o de recalque, que é composto por três parcelas: recalque imediato, recalque por adensamento primário e recalque por compressão secundária. Considerando que um maciço de solo argiloso, normalmente adensado e saturado, recebe um carregamento externo, é correto afirmar que

- (A) logo após a aplicação do carregamento ao terreno, quando nenhuma água foi expulsa dos poros, ocorre o aumento instantâneo da tensão efetiva do solo.
- (B) após a aplicação do carregamento ao terreno, começa a ocorrer a saída da água dos poros do solo, o que causa o decréscimo da tensão efetiva.
- (C) logo após a aplicação do carregamento ao terreno, ocorre o aumento da pressão neutra, porém ela passa a diminuir quando ocorre a saída de água e, ao final do processo, a pressão neutra passa a ser zero.
- (D) durante a ocorrência da compressão secundária, a tensão efetiva do solo não varia, mesmo ocorrendo deslocamento vertical do maciço.
- (E) o fato do solo ser normalmente adensado, significa que ele já experimentou tensões efetivas maiores do que a atual em campo e o recalque por adensamento primário pode ser obtido através de formulações que são dependentes do índice de recompressão.

**99** Na geotecnia, é primordial um bom reconhecimento do subsolo, que pode ser feito através de inúmeros ensaios executados diretamente em campo. Dentre os ensaios está o de penetração de cone, consolidado internacionalmente, configurado como uma das ferramentas mais sofisticadas na prospecção geotécnica, principalmente quando comparada com o ensaio de penetração padrão (SPT – Standard Penetration Test). Em relação às características do equipamento e realização do ensaio de penetração de cone, considere as seguintes afirmativas:

- I. Existe uma variação de equipamento denominada de cone resistivo (RCPT – Resistivity Cone Penetration Test), que possui a capacidade de capturar e registrar, por meio de um sensor acoplado na parte traseira do cone, ondas de cisalhamento aplicadas na superfície do solo, permitindo determinar o módulo cisalhante do material.
- II. A variação do equipamento classificada como cone mecânico é caracterizada pelo uso de células de carga instrumentadas eletricamente diretamente na ponteira, permitindo a medida de resistência de ponta ( $q_c$ ) e atrito lateral ( $f_s$ ).
- III. O cone elétrico, na variação CPT (Cone Penetration Test), permite a realização do ensaio de dissipação do excesso de pressões neutras, geradas durante a cravação do equipamento no solo, permitindo estimar o coeficiente de adensamento horizontal ( $Ch$ ).
- IV. Existem dispositivos denominados de redutores de atrito, que podem ser instalados imediatamente acima da ponteira, reduzindo o atrito da composição de haste com o solo.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

**100** Um projeto de fundação compatível com o maciço de solo deve ser baseado em uma campanha de prospecção adequada, que permita a identificação correta das camadas do solo e, principalmente, possíveis problemas que podem interferir no projeto. A NBR 8036/1983 estabelece as condições que devem ser atendidas na programação de sondagens de simples reconhecimento dos solos. A norma indica a quantidade mínima de furos, profundidade mínima de ensaio, entre outros. A norma também estabelece que, se a sondagem atingir rocha ou camada impenetrável à percussão, subjacente a solo adequado ao suporte da fundação, a sondagem pode ser interrompida. Porém, nos casos de fundações de importância, ou quando as camadas superiores de solo não forem adequadas ao suporte, aconselha-se a verificação da natureza e da continuidade da camada impenetrável, sendo a investigação executada por uma profundidade mínima de

- (A) 10 m.
- (B) 5 m.
- (C) 12 m.
- (D) 4 m.
- (E) 6 m.